

28 de abril

GREVE GERAL!

Contra as reformas da Previdência e Trabalhista! Contra a terceirização!



Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp

A Saúde vai parar no dia 28 de abril

O governo Temer congelou os investimentos em saúde, educação e demais áreas sociais por 20 anos. Isso afeta diretamente o funcionamento do HC e a população usuária será penalizada com a diminuição no atendimento e a precarização dos hospitais e ambulatorios.

O governo golpista liberou também a terceirização generalizada, aumentando a exploração e expondo os trabalhadores a maiores riscos de acidente e piores salários.

Agora, o governo Temer quer aprovar as reformas da Previdência e Trabalhista que impõe vários retrocessos para os trabalhadores, sejam eles servidores públicos ou da iniciativa privada.

Não podemos aceitar tamanho retrocesso! Por isso as centrais sindicais e os

movimentos sociais estão convocando uma grande greve geral para o dia 28 de abril.

O Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp aprovou a participação na greve geral. Vamos parar no dia 28 para defender os direitos da classe trabalhadora e também para defender os investimentos necessários na saúde e educação e para valorizar o serviço público.

Queremos contar com a sua participação nessa luta. Juntos, usuários e servidores, podemos impedir esse desmonte dos nossos direitos.

CONTRIBUA COM A NOVA SEDE DO STU

Acesse www.catarse.me/sedestu

Ajude a realizar esse sonho!

Vamos parar o Brasil para defender os direitos de todos!

O governo diz que a Previdência é deficitária, mas é mentira! Ele manipula os cálculos! Só em 2015 teve um superávit de, acredite, R\$ 11,2 bilhões de reais.

Aumenta idade mínima - Com a reforma da Previdência, homens e mulheres só poderão se aposentar quando tiverem de 65 anos de idade. Hoje, há casos em que é possível a mulher se aposentar aos 55 e homens aos 60. Igualando a idade, a mulher trabalhadora será ainda mais prejudicada.

Mais tempo de contribuição - Para um trabalhador ou trabalhadora se aposentar terá de comprovar pelo menos 25 anos de contribuição. Hoje, a exigência é de 15 anos.

49 anos para benefício integral - O que é pior é que só terá direito ao benefício integral quem, com 65 anos, comprovar que também contribuiu 49 anos à Previdência, de forma ininterrupta.

Fim de aposentadorias especiais - Trabalhadores e trabalhadoras rurais, trabalho insalubre e em condições especiais, pessoas com deficiências e aposentadorias por incapacidade serão ferozmente atacadas.

Ataque às pensões - Na proposta do Governo, fica vetado o acúmulo de benefícios. Não será mais possível acumular aposentadoria e pensão por morte, por exemplo. Haverá redução de 50% no valor das pensões por morte e, a partir daí será acrescentado mais 10% por dependente, com o limite de cinco filhos beneficiados.

Afeta quem está na ativa - Eles querem que essas novas regras já valham para homens com menos de 50 anos e mulheres com menos de 45 anos. Os que tiverem acima desta idade entram numa regra de transição e poderão se aposentar pelas regras atuais, mas terá de contribuir com 50% a mais sobre o tempo que faltava para a aposentadoria.

Reforma trabalhista acaba com direitos históricos

O governo Temer pretende acabar com direitos históricos da classe trabalhadora, que hoje são Lei, garantidos na CLT.

Férias e jornada ameaçadas - Estão ameaçadas as férias de 30 dias, a jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 semanais, a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) que poderá ser parcelada em quantas vezes quiserem os patrões e podem diminuir até o horário de refeição.

Trabalho temporário - O trabalho ficará ainda mais desregulamentado. O contrato de trabalho temporário passará a ter vigência de 4 meses e poderá ser prorrogado por igual período.

Terceirização precariza o trabalho

O projeto de lei da terceirização, o PL 4302, aprovado na Câmara Federal, impõe total superexploração à classe trabalhadora brasileira com a legalização da terceirização nas atividades fim. É o “liberou Geral” da precarização!

Não haverá geração de emprego. O que vai ocorrer, de fato, é uma onda de demissões de trabalhadores contratados pela CLT para posterior contratação terceirizada.

Na prática, significa trabalho com salários mais baixos, maior jornada, menos direitos trabalhistas e péssimas condições de trabalho e resultará também em maior número de acidentes, doenças (estresse, depressão, lesões por esforço repetitivo entre outros) e mais mortes por acidente de trabalho.

ÁREA DA SAÚDE

Acordo Coletivo de Trabalho

O STU está reeditando o Acordo Coletivo de Trabalho da Área de Saúde, assinado em 17 de março deste ano, com objetivo de assegurar melhores condições de trabalho.

O documento atualizado, que será reimpresso em forma de cartilha, é um importante instrumento de luta da categoria contra o assédio moral e ordens irregulares das chefias.